

Palavras do Dr. José Antonio Ocampo, Secretário Executivo da CEPAL, na abertura da fase técnica do Vigésimo Nono Período de Sessões

Brasília, 6 de maio de 2002

É para mim um grande prazer dar-lhes as boas-vindas ao Vigésimo Nono Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Queria expressar nosso mais profundo agradecimento ao Governo do Brasil, em particular ao Presidente e aos Ministros das Relações Exteriores e Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como a todos os funcionários que contribuíram para a realização deste evento.

Ao iniciar hoje a fase técnica deste período de sessões, gostaria de compartilhar algumas reflexões acerca da evolução da CEPAL nos dois últimos anos.

Para a CEPAL, como para as Nações Unidas em geral, a Declaração do Milênio se converteu no principal ponto de referência de nosso trabalho. Incluímos suas metas no plano de médio prazo e no programa regular de trabalho. Em especial, quero ressaltar três prioridades fundamentais para o trabalho da Comissão que se derivam da declaração:

- As políticas de redução da pobreza, incluindo não só as políticas sociais, mas também o impacto das políticas econômicas sobre a pobreza e a desigualdade. Entendemos que o objetivo traçado pela Declaração não somente se refere à pobreza extrema (para a qual há metas específicas na declaração), mas também a definições alternativas da pobreza absoluta e relativa que esta Comissão utiliza em seus trabalhos há algum tempo. Além disso, considera de maneira especial a equidade de gênero.
- As políticas nacionais e os mecanismos regionais e internacionais de cooperação que permitam fortalecer e melhorar a vinculação de nossos países com a economia internacional, bem como as relações entre o desenvolvimento econômico e social derivadas da fase atual do processo de globalização.
- Os vínculos entre as estratégias econômicas e as ambientais.

Temos o firme compromisso de fazer com que essas três prioridades sejam cada vez mais centrais em nosso trabalho.

A CEPAL aumentou de maneira significativa sua ativa e decidida participação nas diversas cúpulas e conferências das Nações Unidas. Cumprindo os mandatos estabelecidos pela Assembléia Geral, organizou, em estreita colaboração com o governo do Brasil, o

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA), a Conferência Regional da América Latina e Caribe, preparatória da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que será realizada em Johannesburg, África do Sul, em agosto e setembro próximos. A CEPAL e o PNUMA prepararam, para essa reunião, um documento de avaliação dos desafios e oportunidades da sustentabilidade do desenvolvimento na América Latina e no Caribe com uma perspectiva integral.

A Cúpula de Johannesburgo oferece a oportunidade de examinar, com uma nova visão, as prioridades da região, em face da agenda mundial de desenvolvimento sustentável, colocar no primeiro plano das negociações internacionais os interesses regionais comuns e participar e influir na formulação dos compromissos futuros que serão adotados pelos Chefes de Estado. Sem dúvida, um dos temas mais relevantes continuará sendo o do financiamento para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a CEPAL, em conjunto com o PNUD, preparou um documento que avalia as tendências do financiamento para o desenvolvimento sustentável na região. Com base nesse documento, foram organizados dois eventos para debater o tema com autoridades econômicas e representantes do setor privado da região. O primeiro por ocasião da Conferência Regional Preparatória e o segundo na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Monterrey, México, em março. Durante a Cúpula de Johannesburgo, será realizado um novo evento desse tipo, com a colaboração do PNUD e da Corporação Andina de Fomento (CAF).

A região tem à sua frente o importante desafio de estabelecer estratégias e prioridades para consolidar uma nova aliança global a favor do desenvolvimento sustentável e recuperar assim o consenso obtido no Rio de Janeiro há uma década. A esse respeito, a CEPAL se compromete a continuar apoiando os governos da região na implantação dos acordos emanados de Johannesburgo.

Na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a CEPAL participou ativamente da elaboração do documento que o Secretário Geral das Nações Unidas apresentou ao Comitê Preparatório e organizou uma Consulta Regional em Bogotá, em novembro de 2000, na qual participaram ativamente os governos dos países

membros, instituições regionais e globais relevantes e representantes da sociedade civil. O resultado principal dos trabalhos da Secretaria é o documento “Crescer com estabilidade: o financiamento do desenvolvimento no novo contexto internacional”, que foi amplamente difundido antes e durante a Cúpula de Monterrey. A CEPAL também trabalhou ativamente na discussão de diversas versões do Consenso de Monterrey e organizou três encontros preparatórios adicionais sobre bancos de desenvolvimento, cooperação financeira internacional e regional, a pedido neste caso do Grupo do Rio, e uma reunião inter-regional organizada pelas cinco comissões regionais das Nações Unidas no México em janeiro deste ano. O Consenso de Monterrey representa um avanço e um enérgico compromisso da comunidade internacional. Portanto, seguiremos colaborando estreitamente com todos os países da região na implantação desse acordo.

Em 2000 foi realizada uma nova Conferência Regional de Acompanhamento da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social. A Secretaria da Comissão preparou, para essa ocasião, o documento “A brecha da equidade: uma segunda avaliação”, que examina, sob a ótica da região, a situação em matéria de pobreza, emprego e integração social, principais temas da Cúpula, e das políticas públicas mais relevantes com relação ao cumprimento dos compromissos estabelecidos na mesma.

A Décima Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo reunida em Panamá, em novembro de 2000, solicitou que a CEPAL, em colaboração com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Secretaria de Cooperação Ibero-Americana (SECIB), elaborasse o estudo “Construir a equidade desde a infância e adolescência na Ibero-América”. O documento destaca os notáveis avanços na superação de alguns problemas que afetaram de maneira significativa a infância e a adolescência na região ibero-americana, especialmente no âmbito da saúde, educação e nutrição. Este trabalho foi submetido à Cúpula Ibero-Americana em Lima no final de 2001 e será apresentado na Conferência de Acompanhamento da Cúpula que se realiza esta semana em Nova York.

Continuamos também nossas tarefas regulares de acompanhamento e monitoração da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos e da Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, e apoiamos as atividades relacionadas com a Conferência Mundial contra

o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância e esperamos contribuir ativamente para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.

Devo assinalar que o fortalecimento do papel da CEPAL e das Comissões Regionais nas Cúpulas e Conferências das Nações Unidas requer o trânsito definitivo da organização e o acompanhamento dos processos regionais correspondentes e o fornecimento de insumos técnicos aos debates internacionais para a transformação das Comissões em atores centrais dos processos globais, como interlocutores dos departamentos especializados das Nações Unidas e dos organismos e fundos da organização. Estamos certos de contar com o apoio dos países membros para atingir esse objetivo.

Como centro de pensamento orientado ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região, a CEPAL realiza numerosas atividades analíticas e trabalhos de cooperação técnica (assessoria e capacitação) que contribuem ao fortalecimento institucional dos governos da região. Os senhores terão a oportunidade de examinar detalhadamente o programa correspondente. Queria simplesmente ressaltar aqui nossas cinco publicações anuais que, tomadas em conjunto, oferecem o melhor acompanhamento da situação econômica e social da região. Refiro-me ao Balanço Preliminar das Economias da América Latina e Caribe, ao Estudo Econômico, ao Panorama Social, ao relatório sobre investimento estrangeiro e ao Panorama da Inserção Internacional. Quero destacar que todos esses documentos se converteram em referência obrigatória dos analistas dos respectivos temas, como se reflete no elevado e crescente número de consultas registradas. A eles se acrescenta o Anuário Estatístico, que é a principal publicação de uma ampla gama de atividades estatísticas da Comissão. Devo assinalar que no biênio anterior foram iniciadas as atividades da Conferência Estatística das Américas da CEPAL, cuja criação foi aprovada pelos senhores no México há dois anos.

O processo de modernização do Sistema das Nações Unidas inclui a incorporação de novas tecnologias que permitirão maior transparência, melhor monitoração e uma gestão quase em linha de todo o sistema. Isso exigiu requalificar nosso pessoal para nos adaptarmos a esse novo ambiente. Igualmente, as novas demandas dos países implicam a necessidade, tanto de um pessoal altamente qualificado e flexível, como de novos sistemas de programação e orçamento que incluam mais elementos de adaptabilidade. Sobre o primeiro tema, devo ressaltar que o capital humano da instituição está associado não

somente ao domínio do tema de sua competência, mas também ao conhecimento concreto das experiências dos países da região e das próprias redes de análise e políticas com que conta. Portanto, é importante garantir que o novo sistema de gestão de recursos humanos implantado pela Organização consolide esses ativos institucionais. Por outro lado, deve-se mencionar que o sistema atual de programação, que, como os senhores sabem, é feito com quase três anos de antecedência, restringe nossa capacidade para dar uma resposta ágil às necessidades dos países membros.

Uma de minhas prioridades como Secretário Executivo da CEPAL tem sido a de melhorar os sistemas de difusão de nossos trabalhos analíticos. Com tal propósito, melhoramos seus três elementos constitutivos: i) a difusão pelos meios de comunicação, fundamentalmente através das “Notas da CEPAL” e os comunicados e conferências de imprensa; ii) uma estratégia que deu unidade gráfica às publicações, melhorou sua qualidade e promoveu co-edições com editoras comerciais; iii) o desenvolvimento do site institucional. Além disso, foram realizados importantes esforços para publicar os produtos institucionais num maior número de idiomas. Concretamente, aumentamos nossas publicações em inglês. Nestes dias, lançamos três obras em português, que se agregam às que nosso escritório em Brasília publica de maneira regular. Com o apoio do governo da França, aumentaremos a partir deste ano as publicações em francês. Para dar continuidade a estas estratégias e aprofundá-las, será necessário, por um lado, adotar novas tecnologias e, por outro, mobilizar mais recursos.

Queria referir-me em particular ao portal institucional ou site da CEPAL. Os que não o conhecem podem familiarizar-se com ele durante esta reunião. Esse instrumento nos permitiu uma ampla difusão de nossos trabalhos e atividades. Em 2001, o site foi visitado por mais de um milhão e meio de pessoas, que descarregaram mais de três milhões de arquivos. As consultas aumentaram continuamente durante os últimos cinco anos, permitindo que nossos documentos sejam conhecidos de maneira mais oportuna e consultados de maneira mais ampla do que era possível com as publicações impressas. No último ano, adotamos um novo sistema de manejo do site, inteiramente descentralizado, o que implica que cada divisão substantiva, sede regional ou escritório nacional é responsável por incorporar as atividades que executa em sua área de competência; assim, temos agora 16 páginas temáticas e geográficas especializadas.

Estes são alguns dos temas que chamaram a atenção da Secretaria nos últimos dois anos, cujos detalhes examinaremos na fase técnica. Como é de seu conhecimento, junto com a discussão do tema substantivo desta reunião, devemos examinar as atividades realizadas no biênio 2000-2001; revisar e aprovar nosso programa de trabalho 2004-2005; analisar, nos comitês respectivos, as atividades que a Secretaria está desenvolvendo em matéria de cooperação técnica para o desenvolvimento e avaliar os avanços em população e desenvolvimento. Além disso, se reunirá a mesa diretora do Conselho Regional de Planejamento do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social, que nesta ocasião realizará uma sessão simultaneamente com a Comissão.

O documento substantivo “Globalização e desenvolvimento”, preparado por esta Secretaria, que apresentarei em detalhes mais adiante, faz uma análise da situação da América Latina e do Caribe na atual fase de globalização, concentrando a atenção na vulnerabilidade macroeconômica, na evolução do comércio, investimento e desenvolvimento tecnológico, na sustentabilidade ambiental, na migração internacional e nas defasagens sociais da região. A partir dessa análise, formula-se uma agenda para a região na era global. O ponto de partida é o reconhecimento de que a América Latina e o Caribe devem adotar uma agenda positiva na construção da nova ordem internacional e com ela assumir um compromisso efetivo. Como veremos, o documento argumenta que a globalização colocou em evidência a necessidade de avançar na consecução de três objetivos essenciais: garantir um fornecimento adequado de bens públicos globais, superar paulatinamente as assimetrias de caráter global e construir gradualmente uma agenda social internacional baseada nos direitos. No transcurso do dia dedicaremos uma boa parte do tempo a debater a agenda que apresentamos nesse documento.

Ilustres delegados, convido-os a participar ativamente nas deliberações deste período de sessões, certo de que serão um importante aporte ao fortalecimento de nossa Comissão.